

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Crise, reestruturação e heterogeneidade no mercado de trabalho brasileiro. A importância das dimensões de idade, gênero e escolaridade.

Ângela Borges.

Cita:

Ângela Borges (2009). *Crise, reestruturação e heterogeneidade no mercado de trabalho brasileiro. A importância das dimensões de idade, gênero e escolaridade. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1488>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Crise, reestruturação e heterogeneidade no mercado de trabalho brasileiro

A importância das dimensões de idade, gênero e escolaridade

Ângela Borges

Doutora em Ciências sociais

Professora e coordenadora

Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania,

UCSAL

Pesquisadora Núcleo de Estudos do Trabalho

Pesquisadora Associada CRH/UFBA

angelborges@uol.br

O trabalho apresenta resultados parciais de uma análise do comportamento do mercado de trabalho urbano do Brasil entre 2002 e 2007, destacando a relevância da idade, do sexo e da escolaridade na inserção dos trabalhadores neste mercado. Toma como período de referência o quinquênio 2002-2007, quando, após mais de uma década de reestruturação e de períodos de baixo crescimento a economia voltou a crescer e a abrir novos postos de trabalho, interrompendo a retração do núcleo estruturado, com a expansão absoluta e relativa do emprego com registro, sobretudo nos setores mais

organizados e nos estabelecimentos de maior porte. Além da identificação dos segmentos que ganham ou perdem participação entre os ocupados, desocupados, empregados e empregados com vínculo formalizado, busca-se observar em que medida o comportamento dos indicadores reflete mudanças estruturais na população em idade ativa – envelhecimento e maior escolaridade dos segmentos mais jovens – e/ou mudanças no perfil da força de trabalho demandada pelo capital.

Foram observados três grandes grupos de idade, definidos a partir da observação do ciclo de vida ativa e da composição da força de trabalho do núcleo estruturado: os Jovens (20-29), em fase de inserção no mercado de trabalho e de transição escola/trabalho; os Adultos (30-49), o *hard core* da força de trabalho, que apresentam as taxas de participação e de ocupação mais elevadas e os Maduros/Velhos (50 ou mais), fase da vida ativa em que se inicia a queda mais acentuada das taxas de atividade e, para a maioria, a saída do núcleo da força de trabalho das empresas. Esse último grupo tem participação mais elevada no setor público, em função da estabilidade no emprego e da possibilidade de carreira.

A escolaridade foi observada através de indicadores construídos para faixas de anos de estudo, definidas em função da relevância dos diplomas obtidos no mercado de trabalho: Até Ensino Médio Incompleto; Ensino Médio Completo/Superior Incompleto e Superior Completo,

Analisando inicialmente os indicadores da População com 20 anos ou mais se constata a continuidade da redução da participação relativa dos Jovens e, em menor medida, dos Adultos, como resultado de mudanças demográficas – envelhecimento da população, emigração dos mais jovens, elevação da mortalidade por causas externas no caso dos homens jovens, etc. O mesmo movimento é observado nos agregados da População Economicamente Ativa - PEA e dos Ocupados traduzindo mudanças culturais – como aquelas relacionadas com os padrões de transição para a vida adulta dos Jovens (Borges, 2007; Camarano, 2006) e os de entrada em inatividade dos Maduro/Velhos - mas também mudanças nas estratégias familiares de formação da renda, induzidas tanto pela necessidade de compensar a redução da participação dos mais jovens na composição desta renda como por alterações no sistema de previdência pública e que resultaram no aumento do tempo de atividade dos Maduros/Velhos.

A redução da participação na PEA e nos Ocupados dos Jovens e dos Adultos embora bem mais acentuado entre as mulheres, acontece para ambos os sexos, confirmando a aproximação do perfil da vida ativa de homens e mulheres, um processo que data dos anos 80.

Nesse período, as mudanças na composição da PEA não vieram acompanhadas por uma queda na taxa de atividade. Pelo contrário, ela cresceu para todos os grupos de idade sugerindo que as restrições do mercado de trabalho estão pesando mais na reconfiguração da PEA e dos Ocupados do que de opções dos trabalhadores e de suas famílias.

O aumento da taxa de atividade foi sobretudo feminino. As taxas masculinas mantiveram-se estáveis em todos os grupos de idade, uma evidência do papel relevante desempenhado pelas mulheres nas estratégias familiares de adequação a um mercado de trabalho em rápida transformação.

Coerente com o novo padrão de desenvolvimento do capitalismo que tem no desemprego estrutural elevado um dos seus principais componentes (Meszaros, 2006), a evolução das taxas de desemprego no período evidencia a permanência de condições adversas no mercado de trabalho apesar da elevação do nível de atividade econômica. Como sabido, as taxas de desemprego são bastante sensíveis à idade, tendendo a cair rapidamente após a juventude (Borges, 2008). Assim, mesmo com a pequena redução ocorrida na taxa dos Jovens entre 2002 e 2007, neste último ano as taxas juvenis equivaliam a aproximadamente o dobro das taxas dos Adultos e ao triplo das taxas dos Maduros/Velhos, tanto para homens como para mulheres. Como resultado, a participação juvenil no estoque de desempregados continuou avassaladora: os jovens entre 20 e 29 anos representavam, em 2007, apenas cerca de 27% da população, 30% da PEA e 29% dos ocupados mas eram mais da metade dos desempregados residentes nas áreas urbanas do país.

A sobre-representação dos Jovens no desemprego não indica, porém, que eles estejam excluídos do mercado de trabalho, pois eles estão igualmente sobre-representados no estoque de Ocupados e, como será mostrado, também no estoque de Empregados indicando o papel estratégico desses trabalhadores para o capital.

Finalmente, mesmo apresentando taxas de desemprego muito mais baixas do que os Jovens, os dois outros grupos etários não estão livres do risco do desemprego. Pelo contrário, em 2007 a taxa dos Adultos era de 6,2%, (8,5% para as mulheres), patamar que é elevado mesmo para o padrão brasileiro,

sobretudo quando se considera o papel de provedor/co-provedor do núcleo familiar assumido por trabalhadores e trabalhadoras nessa fase da vida.

No final do período, depois de alguns anos de expansão da atividade econômica, cerca de 40% dos desempregados tinha entre 30 e 49 anos e quase $\frac{1}{4}$ do estoque de desempregados era formado por mulheres Adultas.

Quanto às formas de inserção dos Ocupados no mercado de trabalho, na recuperação 2002 – 2007 ocorreu uma elevação de cerca de três pontos percentuais na taxa de Assalariamento (Empregados/Ocupados) – de 56,7% para 60%. Esse indicador subiu para todos os grupos etários e para ambos os sexos, tornando patente a manutenção da centralidade do contrato de trabalho, a forma tipicamente capitalista de trabalhar, após quase duas décadas de reestruturação da economia brasileira. A centralidade é mais marcante entre os jovens - a Taxa de Assalariamento do grupo saltou de 69,9% para 74,6% entre 2002 e 2007 – reafirmando o emprego como a principal porta de entrada das novas gerações de trabalhadores no mercado de trabalho (Borges, 2008). Essa importância do emprego tende a cair com o aumento da idade por serem os trabalhadores precocemente descartados pelas empresas mas também porque, num mercado de trabalho pouco estruturado, onde se reproduzem continuamente as mais variadas formas de auto-emprego e de pequenos negócios e onde a precariedade do emprego, os baixos salários e a quase ausência de chances de carreira são vivenciados pela maior parte dos trabalhadores, a procura de alternativas fora do assalariamento – ou, o sonho da autonomia - está sempre presente e é buscada não apenas pelos desempregados mas também, por uma parcela – sempre minoritária – de trabalhadores que dispõem dos recursos materiais, de qualificação e relacionais necessários à sobrevivência fora de um emprego nos mercados de trabalho urbanos.

A Taxa de Formalização (Empregados com Carteira e Funcionários Públicos/Ocupados) também cresceu significativamente entre 2002 e 2007 (na média de 41,1% para 47,7%), sendo este o traço que tem sido mais ressaltado por analistas do comportamento do mercado de trabalho no período, por significar uma inversão de uma tendência dos anos 90 e contrariar as expectativas – sobretudo dos analistas neoliberais – de uma completa desregulamentação do mercado de trabalho como uma tendência inexorável e uma condição necessária ao bom desempenho da economia no atual estágio do capitalismo. Essa crescente formalização dos vínculos alcançou trabalhadores dos três grupos etários e de ambos os sexos, interrompendo e revertendo o enxugamento do núcleo estruturado do mercado de trabalho ocorrido nos anos 90.

Simultaneamente, também contrariando expectativas e tendências anunciadas no final do século XX, registrou-se no período uma redução da participação dos trabalhadores por Conta Própria no conjunto dos Ocupados (para homens e mulheres, Jovens, Adultos e Maduros/Velhos), apesar da sustentação das elevadas taxas de desemprego e dos baixos salários. A elevação do grau de formalização e a contração/estagnação do trabalho por Conta Própria são fenômenos que, analisados em conjunto, fornecem elementos importantes para a compreensão do novo padrão de relação salarial hegemônico e das características do mercado de trabalho que emerge da reestruturação produtiva. A seguir, procura-se extrair alguns significados desses indicadores e levantar algumas hipóteses sobre a nova conformação da relação capital-trabalho no Brasil urbano.

Os grandes números indicam que, após os anos 90, foi mais freqüente a flexibilização/precarização dos vínculos existentes núcleo do que a sua desestruturação através da desregulamentação e do desassalariamento generalizados. Dando continuidade a algumas tendências observadas nos anos 90, os movimentos dos anos 2000 – reforma sindical, mudanças na atuação do judiciário (mais centrada na concertação) e mais flexibilização das normas de contratação (eg. o contrato de estágio) – visaram e conseguiram tornar a regulação capital trabalho mais ajustada aos interesses do capital, tornando desnecessário extinguí-la.

Os indicadores do período também mostram que o Conta Propismo, o Empreendedorismo e o trabalho cooperativado – inclusive na sua forma fraudulenta, como ocorre frequentemente com as cooperativas de trabalho - continuam sendo minoritários no mercado de trabalho urbano do Brasil e sequer se configuram como uma tendência relevante de reorganização da produção capitalista. Ao que sugerem os indicadores aqui trabalhados, na maior parte dos casos, tais formas de trabalhar continuam acessórias, auxiliares à produção capitalista.

A precarização dos vínculos pela via da sua descaracterização através de diversos mecanismos, como destaque para as Cooperativas de Trabalho e os Contratos de Prestação de Serviço por firmas individuais – P.J., formas que ainda não são mensuradas pelas pesquisas domiciliares, embora tenham ganhado relevância no debate sobre a nova configuração da produção capitalista são bem menos significativos no nível macro, isto é, elas degradam o mercado de trabalho mas, aparentemente, são bem menos generalizadas do que se imagina, não chegando a ter peso relevante no conjunto da Ocupação. A sua importância parece estar assim concentrada em algumas atividades/setores, para os

quais são efetivamente essenciais e elas afetam segmentos específicos de trabalhadores, estando longe de assumir a relevância que tem o vínculo empregatício, formalizado ou não.

Estariam tais dados indicando que, na contramão das leituras que propugnaram o “fim dos empregos” e a proliferação do empreendedorismo e dos consultores, permanece a importância e a centralidade da subordinação direta do trabalho ao capital e da gerência, apesar da acentuada flexibilização dos novos processos produtivos? Sendo isso verdadeiro, sem desprezar a importância as novas formas de contratação do trabalho pelo capital, nem a re-criação de padrões antigos, o estudo dos processos de precarização/flexibilização do trabalho e dos vínculos assim como o de heterogeneização da classe trabalhadora deveria focar cada vez mais o contexto do próprio assalariamento, cada vez mais complexo mesmo quando considerados trabalhadores regidos pelo mesmo tipo de contrato.

Voltando agora o foco da análise para as desigualdades entre os sexos e aquelas relativas aos níveis de escolaridade, observa-se que entre 2002 e 2007 as mulheres, que são majoritárias na população urbana com mais de 20 anos, ampliaram a sua participação em todos os grandes agregados do mercado de trabalho urbano do Brasil. Apesar disso, elas ainda representavam menos de 50% em todos esses agregados: passaram de 43,5% a 45% na PEA; de 42,4% para 43,7% dos Ocupados; de 39,2% para 40,7% dos Empregados e de 39,8% para 40,7% dos Empregados Formais. O único agregado em que elas são majoritárias e ainda ampliaram a sua participação foi o dos Desempregados, confirmando a sua posição de desvantagem no mercado de trabalho mas, também, a incapacidade deste para incorporar a crescente oferta feminina. As taxas de desemprego femininas são substancialmente mais elevadas do que as masculinas em todas as idades mas, principalmente nas idades mais produtivas – entre os Jovens e entre os Adultos entre 30 e 49 anos - quando chegam a alcançar o dobro das taxas dos homens.

As mulheres também melhoraram a qualidade da sua inserção com o aumento do percentual com emprego formalizado mas, ainda assim, a proporção das que estão neste espaço menos desprotegido do mercado de trabalho é significativamente inferior à dos homens – 50,5% e 44,0%, respectivamente.

Já a escolaridade, medida pela variável Anos de Estudo, uma *proxy* imperfeita da qualificação dos trabalhadores, relevante na segmentação do mercado de trabalhos e na determinação das chances e da forma de inserção neste mercado é responsável por algumas das mudanças mais marcantes do

período. A ampliação - desde os anos 80 e em especial a partir dos anos 90 - do acesso à escola e a níveis de ensino cada vez mais elevados, teve reflexos importantes sobre o perfil da oferta de trabalho e sobre a composição dos Ocupados e dos Desocupados.

Dois aspectos chamam a atenção com respeito à escolaridade: de um lado, a rápida ampliação da oferta de vagas nos níveis Médio e Superior, a qual criou um *gap* geracional de escolaridade tanto na população como na força de trabalho e, de outro lado, a persistência de grandes contingentes de pessoas com 20 anos ou mais em um baixo patamar de escolaridade, apesar dessa expansão.

Assim, em 2007, nada menos do que 59,2% da população com 20 anos ou mais residente nas áreas urbanas do país tinha um nível de escolaridade equivalente ao curso Médio Incompleto. Como a maior parte dessas pessoas já deixou o sistema educacional e dificilmente a ele retornará, conclui-se que não obstante os ganhos de escolaridade dos últimos 20 anos, o Brasil levará para as próximas décadas uma força de trabalho com baixíssima escolaridade - se tomados como parâmetros os padrões dos países desenvolvidos e, até mesmo, de países periféricos como China e Coréia do Sul - e as exigências das empresas que já há algum tempo vêm colocando o diploma do ensino médio como pré-requisito para contratação.

Quanto à velocidade e intensidade das mudanças na escolaridade da população caiu de 67,2% em 2002 para 59,2% em 2007 o percentual dos que não tinham o diploma do Ensino Médio e, entre os Jovens, os principais beneficiados pela expansão tardia do sistema público de ensino brasileiro nos níveis médio e superior, essa queda foi de significativos 13 pontos percentuais em apenas cinco anos (de 56,3% para 43%). Ao mesmo tempo, os contingentes com diploma do Ensino Médio, cursando ou não a universidade subiu de 25,2% para 31,2%, no conjunto da população estudada, mas entre os que tinham entre 20 e 29 anos esse salto foi de 38,4% para 48,8%, ultrapassando, portanto, o contingente sem diploma do Ensino Médio. Embora com percentuais bem menos expressivos também aumenta a proporção do que concluíram ensino universitário (de 5,3% para 8,2% entre os jovens e de 9,7% para 11,2% entre os que tinham entre 30 e 49 anos. O *gap* geracional aparece claramente quando comparamos as proporções representadas pelos que tinham diploma do Ensino Médio ou mais, em 2007 nos três grupos etários considerados: 57% dos Jovens; 42,6% dos Adultos e apenas 23,9% dos Maduros/Velhos.

As conseqüências dessas mudanças sobre as chances de inserção nos mercados de trabalho urbanos do país são visíveis mesmo em dados muito agregados: cai, em todos os grupos etários e para ambos

os sexos, a proporção de Ocupados sem diploma do Ensino Médio, um resultado combinado das mudanças na escolaridade da população e do caráter cada vez mais seletivo do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, ocorreu uma redução da participação dos menos escolarizados no estoque de Desempregados, mas nem por isso aqueles que acumularam poucos anos de estudo estão livres dos riscos do mercado de trabalho, nem o acúmulo de mais anos de estudo constitui-se em defesa segura contra o desemprego e a inserção precária.

Assim, quando consideradas simultaneamente a escolaridade, a idade e o sexo o quadro se complexifica. Relativamente ao seu peso na PEA os jovens entre 20 e 29 anos estão sobre-representados no universo dos desempregados independente da escolaridade alcançada. O fenômeno é mais marcante para os que não têm o diploma do Ensino Médio (55% dos jovens desempregados) e para os que alcançaram este grau de ensino e continuaram os estudos - grupo que inclui os estudantes universitários e vem se expandindo rapidamente com a ampliação da oferta de vagas no ensino privado e na rede pública - os quais representam nada menos que 40,9% dos jovens em situação de desemprego, em 2007. A taxa de desemprego juvenil se mantém no mesmo patamar (em torno de 13% em 2007) nas duas primeiras classes de anos de estudo, o que sugere que para os Jovens as chances de inserção aumentam apenas após a obtenção do diploma universitário, embora mesmo entre aqueles que o possuem a taxa de desemprego fosse de 7,6% e, para os Ocupados, esse diploma não se constitui em garantia de uma inserção compatível com as expectativas dos que o conquistaram.

Já entre os Adultos e os Maduros/Velhos ocorre o contrário: vis a vis o seu peso na PEA, os menos escolarizados estão sub-representados entre os Desempregados, o que certamente raduz a maior pressão destes sobre o mercado de trabalho e a sua busca e aceitação de qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho mas, também pode estar sugerindo que em muitos espaços a variável idade (também *proxy* de experiência/qualificação) tem sido mais relevante para assegurar um lugar no mercado de trabalho do que os diplomas, mais uma vez com a exceção do diploma universitário, o único cuja posse (por enquanto) ainda provoca uma inflexão significativa na taxa de desemprego. Assim, em 2007, o grupo com menor escolaridade (até Ensino Médio incompleto) representava 57,7% da PEA com 20 anos ou mais e apenas 52,6% dos desempregados nas áreas urbanas do Brasil, enquanto aqueles que haviam concluído este grau de ensino e tinham o ensino superior incompleto correspondiam a 36,9% da PEA mas representavam 41,6% dos desempregados, confirmando as conclusões de Dedecca (2006) de que sem uma melhoria significativa do mercado de

trabalho, a elevação da escolaridade da população resulta não em mais ocupação mas na elevação da escolaridade dos desempregados: no Brasil, em 2007, quase metade dos desempregados (47,4%) tinha, pelo menos o diploma do Ensino Médio.

Observe-se, porém, que os diplomas têm relevância no núcleo do mercado de trabalho urbano, isto é, naquele espaço do mercado de trabalho onde estão os empregos socialmente protegidos do setor público e dos empreendimentos privados. Ai, para os três grupos etários, os empregados com menor escolaridade estão sub-representados comparativamente ao seu peso na PEA. Além disso, a Taxa de Formalização, embora tenha aumentado em todas as faixas de escolaridade, dá um salto entre os que não possuem e os que possuem o diploma do Ensino Médio, evidenciando a importância atribuída por este diploma pelos empregadores do núcleo.

Essa importância é determinada tanto pela preocupação em reduzir os custos da seleção – reduzindo o seu âmbito a um universo menor de candidatos – como pelas necessidades concretas dos processos produtivos, sensivelmente transformados nos últimos 30 anos e em permanente mutação. São mudanças que demandam novas competências dos trabalhadores mas, também, tornam a sobrequalificação uma variável fundamental para o bom desempenho do sistema produtivo, por dotá-lo de reservas de capacidade indispensáveis para enfrentar perturbações nos processos produtivos, para facilitar e reduzir os custos das mudanças tecnológicas e gerenciais e, sobretudo, para potencializar a flexibilização dos processos produtivos com trabalhadores dotados das competências mínimas para a polivalência.

Porém, a redução dos rendimentos médios dos trabalhadores do núcleo e dos benefícios garantidos nos contratos de trabalho e a permanente insegurança no emprego deixam claro que a valorização dos certificados do sistema educacional pelas empresas não tem assegurado aos contratados uma inserção efetivamente protegida

Constata-se, então, a falácia do discurso que aflorou nos anos 90 e que é parte de uma leitura da crise do mercado de trabalho que procura encontrar na baixa escolaridade e/ou baixa qualificação dos trabalhadores a determinação das dificuldades encontradas pelos desempregados e pelos desalentados. Esse discurso, que em última instância busca culpabilizar os trabalhadores pelas suas dificuldades no mercado de trabalho, orienta boa parte da política pública de emprego e da política educacional, estimula os empreendimentos educacionais e tira do foco do debate o modelo de

desenvolvimento, as contradições do capitalismo e a sua crise, da qual o desemprego estrutural e a precarização do trabalho – inclusive dos trabalhadores mais escolarizados – são elementos centrais.

Tem-se, portanto, que a idade, o sexo e o nível de escolaridade alcançado são variáveis relevantes no mercado de trabalho mas que a intersecção entre elas revela um quadro bem mais complexo, permeado por fatores extra-econômicos – mudanças demográficas e culturais, preconceitos de toda ordem, regulação do Estado, etc -, cuja compreensão exige uma maior desagregação dos dados em, nível de setores de atividade e de ocupações mas, também, informações qualitativas e quantitativas atualmente não disponíveis sobre as formas de inserção e condições de trabalho.

Referências

- Borges, A. "Padrões de incorporação das novas gerações nos mercados de trabalho metropolitanos." Paper apresentado no Congress of the Latin American Studies Association, Montréal, Canada 2007.
- Borges, A. "Os jovens nos anos 1990: desemprego, inclusão tardia e precariedade." *Bahia Análise & Dados* 18, no. 1 (2008): 157-170.
- Camarano, A. A, (org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- Dedecca, C.S. "O trabalho no Brasil do início do século XXI." 187. Campinas: IE/Unicamp, 2006.
- MÉSZAROS, I. "Desemprego e precarização. Um grande desafio para a esquerda." In Antunes, Ricardo, ed. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil, Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2006
- Trabalho preparado para o XXVII Congreso ALAS Buenos Aires 2009, **GT 18** Reestructuración productiva, trabajo y dominación social.